

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 01.04.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

BALANÇO A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realizará no dia 13 próximo, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto "RN Em Foco". O convidado é o governador Robinson Faria que apresentará aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.04.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

▶ O SESC já está com inscrições abertas para a 6ª Corrida do Comerciário, até o dia 24 de abril.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NOAR

DATA: 01.04.15

Fecomércio apoia projeto que indica impacto do consumo natalense no meio ambiente - Portal No Ar

Um estudo constatou que Natal consome 1.9 planeta, ou seja, a pressão do consumo dos natalenses sobre os recursos naturais disponíveis resulta em quase dois planetas. O levantamento Pegada Ecológica foi apresentado nesta terça-feira (31) ao prefeito Carlos Eduardo Alves e o presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, foi um dos convidados especiais entre as entidades parceira da Prefeitura da capital na adesão ao projeto.

O estudo foi elaborado pela WWF Brasil e diagnosticou um consumo insustentável na capital potiguar. O projeto teve também como parceiros a secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA).



Fecomércio adere ao Pegada Ecológica (Foto: Divulgação)

O coordenador do programa Cristiano Cegana explicou que o estudo calculou o consumo da população em cima dos recursos disponíveis, obtendo um resultado não tão positivo. Natal consome 15% a mais em relação ao Brasil, que tem média 1.5.

“Com o lançamento do Pegada Ecológica queremos sensibilizar a população, que, às vezes, não sabe que o que consome causa impacto negativo. Como também, orientar os órgãos municipais a adotar políticas públicas neste sentido”, falou Cegana.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, garantiu que a entidade será entidade parceira para que as sugestões oferecidas no projeto sejam praticados no âmbito comercial.

“Vamos sugerir aos empresários do setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo que adotem práticas sustentáveis no dia-dia da empresa. Dessa forma, todos ganham. A empresa irá diminuir custos e o meio-ambiente será um bem muito mais

durável”, declarou.

O prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, reforçou que o Executivo municipal está fazendo o dever de casa, lembrando que a construção do Parque da Cidade auxilia na preservação do meio ambiente.

“O projeto irá, com certeza, direcionar as nossas políticas públicas e queremos que a população natalense se desperte para a consciência ecológica, e preserve o meio ambiente”, afirmou.

O titular da Semurb, Marcelo Rosado, fortaleceu o discurso do prefeito e listou algumas ações para melhorar o índice de Natal, como o transporte coletivo, aumento de áreas de ciclovia, coleta e tratamento de esgoto, dentre outras.

A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida. Quanto maior a for a pegada ecológica, mais danos causados ao meio ambiente.

Atualizado em 31 de março às 16:25

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NOAR **DATA:** 01.04.15

NATAL NOTÍCIA | Governador Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13.04, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional. Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Posted in ECONOMIA Bookmark the permalink.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NOAR

DATA: 01.04.15

Natal oficializa participação no projeto "Pegada Ecológica" em solenidade no Parque da Cidade - Blogs e Colunas - Nominuto.com



Natal aderiu ao projeto “Pegada Ecológica” e é a única do Nordeste que começa a participar dessa iniciativa. O lançamento da participação da capital foi realizado nesta terça-feira em solenidade realizada no auditório do Parque da Cidade “Dom Nivaldo Monte” pelo prefeito Carlos Eduardo que é conduzido pela Prefeitura do Natal, por meio da secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo em parceria com o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a WWF Brasil. Participaram o secretário municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Marcelo Rosado; secretário de Turismo de Natal, Fernando Bezerril; secretário de Cultura, Dácio Galvão; presidente da Fecomercio RN, Marcelo Queiroz entre outras autoridades.

Carlos Eduardo recebeu das mãos de Cristiano Cegana coordenador do estudo, os índices obtidos pela pesquisa e disse que a Prefeitura vai unir todos os esforços para contribuir com a diminuição desse índice como o investimento no sistema de transporte coletivo, além de ações de educação ambiental junto à população, adoção de medidas administrativas nos órgãos municipais como o consumo consciente da água, diminuição do uso de materiais descartáveis e tudo aquilo que pode prejudicar o meio ambiente.

O chefe do executivo municipal revelou ainda que durante essa gestão a cidade ganhará a regulamentação de mais cinco zonas de processamento ambiental (ZPAs) e ainda haverá a revisão do plano diretor de Natal. “Nosso compromisso é com o desenvolvimento do município aliado a qualidade de vida da população”.

O QUE É “PEGADA ECOLÓGICA”

A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida. Quanto maior a for a pegada ecológica, mais danos causados ao meio ambiente. O índice da capital potiguar ficou em 1,9 hectares de planeta, medida utilizada para balizar o consumo da população. Esse número é 15% superior à média de consumo do cidadão brasileiro e 21% a mais do que a média de consumo do cidadão global. Com a identificação desse índice a administração municipal irá construir políticas públicas de incentivos para que o número da pegada ecológica de Natal se aproxime de 1.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NOAR

DATA: 01.04.15

Governador Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio - Portal No Ar



A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13.04, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Governador irá apresentar balanço da gestão (Foto: Wellington Rocha)
Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional. Em anos

anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Atualizado em 31 de março às 14:29

Classificação: Positiva

VEÍCULO: JORNAL DEFATO.COM DATA: 01.04.15

Semana do Comerciário no RN começa dia 25 de abril em Natal, Mossoró e Caicó

Para comemorar o Dia do Trabalhador (1º de maio), o Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), fará a Semana do Comerciário. De 25/04 a 01/05, a instituição oferecerá programações em esportes, lazer, saúde e cultura especialmente voltadas ao comerciário potiguar, além de levar seus serviços a empresas previamente cadastradas. A tradicional Corrida do Comerciário, em sua 6ª edição, também será uma das ações alusivas à data. As atividades, que acontecem em Natal, Mossoró e Caicó, estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Um dos destaques deste ano será a visita às empresas. De 30/03 a 13/04, as empresas podem realizar um cadastro e escolher o pacote de serviços do Sesc RN que deseja receber gratuitamente para seus colaboradores. Entre as opções, estão ginástica laboral, sessões do CineSesc, exposições artísticas, palestras sobre saúde e orientações nutricionais.

Em Natal, as empresas podem se cadastrar no site do Sesc RN; já em Mossoró e Caicó, uma equipe da instituição visitará as empresas para concluir os cadastros. Os pacotes de serviços estão descritos também no endereço eletrônico do Sesc. As atividades nas empresas acontecem de 27 a 30/04.

Outra ação programada é a Blitz no Alecrim, realizada dia 25/04 na praça onde está localizado o famoso relógio do bairro natalense. Serão realizadas gratuitamente ginástica laboral, dança, medição de índice de massa corporal e apresentações culturais. O Sesc Ponta Negra também oferece programação no domingo (26/03), com caminhada e recreação. No último dia de abril (30), o projeto musical Terraço do Relógio, que acontece todas as sextas-feiras no Sesc Centro, em Natal, terá uma programação especial para comemorar o Dia do Trabalhador, com Dudu Galvão e a D'jazz Band.

1º de maio

A Semana do Comerciário disponibilizará diversas atividades no Dia do Trabalhador (01/05). Uma é a 6ª Corrida do Comerciário, tradicional corrida de rua realizada pelo Sesc RN em Natal. Este ano, evidenciará o tema "sustentabilidade", aliando atividade física à preservação ambiental. A corrida recebe inscrições exclusivas de comerciários até dia 13/04, e abre para a comunidade de 14 a 24/04 – ou enquanto houver vagas. São 1.600 vagas para adultos e 200 para a categoria infantil. As inscrições podem ser feitas no site do Sesc RN.

Ainda no 1º de maio, as unidades Sesc de Ponta Negra, Mossoró e Caicó oferecerão, das 8h às 15h, programações gratuitas, com torneios esportivos, serviços de saúde, oficinas, recreação infantil e atividades culturais.

Serviço:

O quê? Sesc comemora Dia do Trabalhador com Semana do Comerciário

Quando? De 25/04 a 01/05

Onde? Natal, Mossoró e Caicó

PROGRAMAÇÃO:

25/04 | 7h às 12h - blitz no bairro de Alecrim (Natal)

26/04 | 7h às 16h - caminhada e programação no Sesc Ponta Negra (Natal)

27 a 30/04: visitas às empresas (Natal, Mossoró e Caicó)

30/04 | 19h - Terraço do Relógio especial com Dudu Galvão e D'jazz Band (Natal)

01/05 | 16h - Corrida do Comerciário (Natal)

01/05 | 8h às 15h - programações nas unidades Ponta Negra, Mossoró e Seridó

Do site da Fecomercio RN.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: JORNAL DEFATO.COM DATA: 31.03.15

**Fecomércio promove evento para debater os 100 dias do Governo Robinson Faria
| Thaisa Galvão**

O governador Robinson Faria é o convidado da Fecomércio para a edição do projeto “RN Em Foco” do

dia 13 de abril.

Na assembleia-almoço marcada para o meio dia, no Versailles Cidade Jardim, Robinson irá apresentar aos empresários o balanço dos 100 dias de Governo, completados no dia 10.

Esta será a primeira edição do “RN Em Foco” em 2015.

O projeto visa debater temas de interesse dos setores de Comércio, Serviços e Turismo.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

```
SELECT * FROM `wp_bannerize_b` WHERE `trash` = '0' AND (`maximpressions` = 0 OR `impressions` NOW() OR `end_date` = '0000-00-00 00:00:00') ) AND `group` = 'anuncio meio(630x90)'ORDER BY RAND() LIMIT 0,1;
```

Classificação: Positiva

VEÍCULO: JORNAL DEFATO.COM DATA: 31.03.15

O almoço dos 100 dias | César Santos

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (FECOMERCIO) agendou para o dia 13 de abril mais uma edição do projeto “RN em Foco”.

O convidado é o governador Robinson Faria (PSD). Na pauta, o balanço dos 100 dias de governo.

O evento será realizado no Versailles Cidade Jardim, em Natal, com talheres para mais de 100 convidados.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

O que será que o governador vai apresentar, fora os decretos de calamidades dos municípios e do sistema prisional?

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PONTO DE VISTA ONLINE **DATA:** 31.03.15

Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio | Ponto de Vista com Nelson Freire

Posted on 31. mar, 2015 by Ponto de Vista in Blog

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13 de abril, às 12h, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional.

Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE **DATA:** 31.03.15

Governador avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco” da Fecomércio | O Jornal de Hoje

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13.04, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional. Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NO MINUTO.COM DATA: 31.03.15

Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio - Notícias - Economia - Nominuto.com

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13 de abril, às 12h, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional.

Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG DO BG DATA: 31.03.15

avalia 100 dias de gestão Archives - Blog do BG

<http://blogdobg.com.br/tag/avalia-100-dias-de-gestao/>

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13.04, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional. Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG VISOR POLITICO DATA: 31.03.15

Governador Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio | Visor Político

Governador Robinson Faria avalia 100 dias de gestão no “RN Em Foco”, da Fecomércio

Postado por Alex Viana em Análise

31
mar

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN realiza no dia 13.04, ao meio dia, no Versailles Cidade Jardim, mais uma edição do projeto “RN Em Foco”. Na oportunidade, o governador Robinson Faria irá apresentar aos empresários o balanço dos cem dias de sua gestão à frente do Executivo Estadual, que se completam no dia 10 de abril.

Esta será a primeira edição do RN Em Foco em 2015. O objetivo do projeto é debater temas de interesse de empresários dos setores de Comércio, Serviços e Turismo que estejam em evidência nos cenários municipal, estadual ou nacional. Em anos anteriores, já foram discutidos temas como “Obras de Mobilidade Urbana”, “200 dias da Gestão Carlos Eduardo”, “Insegurança no Comércio”, entre outros.

“Será uma excelente oportunidade para que os empresários saibam o que já foi feito e até mesmo debatam o que ainda há por fazer no governo do estado. É mais uma forma que nós, do setor de Comércio, Serviços e Turismo, temos de reiterar nossa parceria com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, afirma o presidente Marcelo Queiroz.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NO MINUITO.COM **DATA:** 31.03.15

Curso sobre prevenção de problemas trabalhistas acontece na Casa da Indústria - Notícias - Economia - Nominuto.com

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) realiza mais um curso na programação do Projeto Associa Indústria. Desta vez, o curso será sobre “Como Evitar Problemas Trabalhistas”, no dia 7 de maio, das 8h30 às 13h e das 14h às 17h30, no Espaço Cultural Candinha Bezerra, da Casa da Indústria (sede da FIERN).

O curso terá como público alvo presidentes de sindicatos, empresários do setor industrial, gestores de recursos humanos e profissionais de empresas da indústria do setor têxtil e confecções.

O objetivo é caracterizar o conjunto de regras que regem a relação da empresa industrial com o trabalho, nos momentos de admissão, na vigência da relação empregatícia, rescisão do contrato, com destaque para o impacto da legislação trabalhista sobre a competitividade e estímulo da ação coletiva.

O curso será ministrado pela consultora Cely Sousa Soares, advogada trabalhista com especialização em Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil e pós-graduanda em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela possui mais de dez anos de experiência em negociações coletivas de trabalho e atua como assessora Jurídica da FECOMÉRCIO do Distrito Federal, além de prestar consultoria jurídica a empresas, federações e sindicato. Foi indicada como delegada patronal, pelo Distrito Federal, na I Conferência Nacional do Trabalho e Emprego Decente.

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.04.15

EDITORIA: POLÍTICA

Câmara aprova aumento de permissões para alternativos

« **LEGISLATIVO** » Duas emendas ao projeto que regulamenta o transporte público de passageiros em Natal são apreciadas pelos vereadores

NADJARA MARTINS
Repórter

Duas emendas ao projeto de lei que regulamenta o sistema de transporte público da capital potiguar foram aprovadas ontem (31) pela Câmara Municipal de Natal. Os vereadores aprovaram a redução de 24 para 18 meses do tempo para que o Município inicie a operação do sistema de transporte que for licitado. Além disso, modificou o número de permissões a serem concedidas para o transporte alternativo, das 88 apresentadas pelo Executivo para 178.

Desde o dia 24 de março, a CMN iniciou a apreciação do projeto de lei que regulamenta o transporte público da cidade. A proposta foi encaminhada pelo Executivo desde fevereiro de 2014 e, embora não tenha caráter autoritativo, o Município afirma que o projeto é necessário para dar "segurança jurídica" a licitação dos transportes. Até ontem, 210 emendas já haviam sido encartadas ao projeto, mas pouco mais de 20 já foram apreciadas. A previsão do Legislativo é votar o projeto até o dia 15 de abril.

Segundo o relator do projeto na Câmara, vereador Aroldo Alves (PSDB), os parlamentares estão apreciando e votando as emendas em blocos. Estas são apresentadas ao plenário de acordo com o artigo a que se referem. Ontem, embora a sessão tenha se estendido até às 19h, o plenário só conseguiu avançar até o artigo 5º do projeto – que, na totalidade, possui 59 artigos. "Hoje demos uma aceleração nas votações. Precisamos de pelo menos mais uns dez dias para votar", apontou.

Ontem, o plenário também foi palco de reações dos vereadores



ADRIANO ABREU

Vereadores conversam sobre as emendas com o procurador do Município, Carlos Castim

a um acordo judicial entre Município, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assinado na última segunda-feira (30). Neste, o TJRN dá prazo de até 90 dias para que a Prefeitura cumpra decisão judicial, vencida em 2010, que determina a realização da licitação dos transportes – independentemente do

projeto que ora tramita na Câmara. Já no final da tarde, a Mesa Diretora da Casa aprovou ato em que aumenta o tempo das sessões para análise do projeto na Casa. Segundo o presidente da Câmara, vereador Franklin Capistrano (PSB), a pauta está trancada até o fim da votação do projeto.

"Não haverá mais pequeno expediente nem exposição de oradores. As sessões vão continuar até às 20h. É um esforço para que o projeto seja analisado dentro do prazo, mas não deixa de ser uma pressão (o acordo judicial)", avaliou Capistrano.

Hoje, o Legislativo retoma a votação das emendas a partir do artigo 5º. Pelo menos 30 emendas propõem modificações ao item, que versa sobre os regimes jurídicos de delegação do transporte público: concessão, permissão.

Mudança

O vereador Ubaldo Fernan-

des (PMDB) foi vice-relator de emenda que modifica o artigo 4º do projeto de lei. "O projeto previa que o Município teria 24 meses para implantar o sistema de transporte licitado, mas nós diminuimos para 18 meses. A Prefeitura terá esse prazo para colocar tudo em prática", afirmou.

Já duas emendas propostas pelo vereador Marcos do PSOL foram derrubadas. Uma delas propunha que as concessões do transporte público também abrangessem pessoas físicas, não apenas consórcios; outra, para que o mototaxi fosse regulamen-

tado como transporte na capital.

Entretanto, a emenda que deliberou sobre o número de permissões foi a que mais causou burburinho na Câmara. Representantes do Sindicato dos Operadores de Transporte Opcional (Sitoparn) solicitavam que o artigo 5º definisse a quantidade. "A emenda propõe a manutenção do número de permissões que existe hoje, em vez da redução para 88 proposta pela Prefeitura no edital", afirmou o presidente do sindicato, José Pedro Santos.

Os vereadores aprovaram a emenda, acrescentando que alternativos seguirão itinerário diferente dos ônibus. O vereador Júlio Protásio (PSB), da bancada governista, definiu a votação das emendas, porém, como uma derrota para o Executivo. "Estamos adiantando, vencendo devagar, mas hoje o governo perdeu, principalmente com relação às permissões", avaliou.



Carlos Eduardo afirma que, com o prazo definido, licitação poderá ser concluída até setembro

Prefeito avalia que acordo é benéfico

O prefeito Carlos Eduardo fez uma avaliação positiva do acordo que definiu o prazo de 90 dias para o início da licitação do transporte público de Natal. O prazo foi estabelecido em audiência judicial realizada na segunda-feira entre Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU), Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral do Município e Tribunal de Justiça. No acordo, ficou estabelecido que a Prefeitura lançará o edital de licitação dentro do prazo, mesmo se a Câmara Municipal não finalizar a apreciação do projeto que regulamenta o sistema de transporte público da capital.

“É importante, sim. Gostei desta decisão, a cidade precisa desta licitação para o serviço de transporte”, afirmou o prefeito. Ele disse que, com esse pra-

É importante, sim. Gostei desta decisão, a cidade precisa da licitação para o serviço de transporte”

CARLOS EDUARDO
Prefeito de Natal

zo definido, há possibilidade de que a concorrência esteja concluída em setembro. “Se não houver imprevisto, essa é a perspectiva”, afirmou Carlos Eduardo.

O prefeito disse que não é possível fixar uma data exata para a conclusão da licitação, mas a Secretaria de Transporte fez essa projeção para setembro após a audiência com o Ministério Público e a Justiça.

Carlos Eduardo comentou que a votação, na Câmara, das 200 emendas ao projeto que regulamenta o transporte de passageiros não deve prejudicar esse prazo, uma vez que há um acordo judicial que precisa ser cumprido.

O prefeito reconheceu que a ausência de um líder na bancada de situação dificulta a votação do projeto. Ele disse que a escolha do novo líder deverá ser feita nas próximas semanas, mas evitou comentar sobre o nome do vereador que tem chance de assumir a atribuição.

Vereadores reagem com críticas em plenário

No início da sessão de ontem (31), vereadores também fizeram discursos inflamados sobre acordo judicial firmado entre Executivo e Judiciário na última segunda-feira (30). No acordo, o Município se compromete a realizar a licitação de ônibus em 90 dias, independentemente da aprovação do projeto de lei que regulamenta o sistema de transporte público.

O presidente da Câmara Municipal, Franklin Capistrano, afirmou que a Câmara foi excluída. “(A decisão) não deixa de trazer dificuldade entre os poderes. Em pleno processo de votação me vem uma decisão dessas, que teve a presença de interessados, mas não a da Câmara Municipal. Acho que foram forças ocultas”, arrematou o presidente. O vereador falou até mesmo em recorrer junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para que a Câmara não seja descartada do processo, mas ainda não estava decidido.

Sandro Pimentel (PSOL) afirmou que a decisão desrespeitou o poder da Câmara – e até mesmo da bancada governista. “Criou um pouco de atrito até mesmo com a bancada do governo”, avaliou. Já o vereador Júlio Protásio (PSB), da base governista, alegou que a única imagem arranhada foi a da Prefeitura. “Quem saiu arranhado foi o Executivo. Era preciso um pouco de solidariedade com a bancada governista. Se foram a uma reunião judicial, seria no mínimo elegante nos avisar”, considerou.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 01.04.15

EDITORIA: POLÍTICA

CÂMARA AVALIA TER SESSÕES EXTRAS PARA LEI DA LICITAÇÃO

/ TRANSPORTES / DEVIDO AO PRAZO ESTIPULADO PELA JUSTIÇA, À QUANTIDADE DE EMENDAS E À VELOCIDADE DAS VOTAÇÕES, VEREADORES JÁ AVALIAM PROMOVER SESSÕES EXTRAS PARA DAR CONTA DA LEI QUE SERÁ USADA COMO PARÂMETRO PARA LICITAÇÃO DOS TRANSPORTES

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

A CÂMARA MUNICIPAL de Natal vai ampliar os horários das sessões ordinárias, com possibilidade de convocar sessões extraordinárias para acelerar a votação do projeto de lei autorizativa para a licitação do sistema de transporte urbano de Natal, a fim de finalizar a votação até o final da próxima semana. A decisão foi tomada ontem, um dia após a Prefeitura, juntamente com o Ministério Público e a Justiça estadual firmarem acordo para que a licitação seja realizada em até 90 dias, independente da votação na Câmara. Esse acordo foi duramente criticado pelos parlamentares.

Após consultar a Procuradoria da casa, o presidente do legislativo natalense, vereador Franklin Capistrano, pediu parecer da procuradoria que recomendou a realização das sessões sem o horário do pequeno expediente (que antecede as votações) e com a extensão da votação até as 20h, duas horas a mais do que o normal, como começou a ocorrer ontem e se repetirá hoje e enquanto o projeto estiver em votação.

"Em virtude do prazo estipulado nesse acordo judicial que prevê 90 dias, vamos nos esforçar ainda mais para concluir a votação o mais rápido possível e por recomendação da nossa procuradoria, vamos estender as sessões para acelerar", dis-



Até o momento, 52 das 213 emendas já foram apreciadas, sendo que apenas seis foram aprovadas; e outras continuam sendo apresentadas

se Franklin Capistrano. O projeto continua recebendo emendas, 52 já foram apreciadas e 6 aprovadas.

Dentre as emendas aprovadas ontem estão a que reduz o prazo para que as empresas adaptem o serviço ao que diz o edital que será lançado após a sanção da lei em questão. Amanda Gurgel (PSTU) e Sandro Pimentel (PSOL) apresentaram

emendas reduzindo o tempo de 24 meses para seis e 12 meses, respectivamente. Nenhuma das duas emendas foi aceita, após o vereador Aroldo Alves apresentar nova emenda propondo um prazo de 18 meses, proposta acatada pela maioria. "É um tempo razoável para o prefeito implementar o serviço após a li-

citação. Estamos pensando em não demorar muito, mas também não nos precipitar propondo um prazo muito curto", disse Aroldo. Outra emenda, também de Sandro Pimentel foi aprovada adicionando a opção por "pregão eletrônico" à modalidade de licitação. "Não estamos obrigando a fazer pregão, apenas que esta

também seja uma opção mais transparente", justificou. Sua outra emenda propondo a composição de fiscalização do sistema com duração de 2 anos e membros escolhidos por seus respectivos segmentos não também foi aprovada. A comissão terá 16 membros entre representantes do Executivo, Legislativo, Estudantes, Pessoas com Deficiência, Idosos, entre outros.

Dois emendas do vereador Marcos Antônio não tiveram sucesso porque modificavam completamente o sistema. Ele queria retirar do regime de concessão a opção para consórcios de empresas também disputarem. Em substituição, sugeria que pessoas físicas fossem adicionadas a essa modalidade. Isso permitiria que sua outra emenda fosse aceita. Esta inseria os motociclistas no sistema público de transporte urbano coletivo da capital. Foi em vão. Todos os vereadores recusaram a proposta por entender que motociclistas não se enquadram no perfil de transporte coletivo urbano.

A sessão se prolongou num aspecto polêmico do projeto, o que previa a redução do número de permissões e de itinerários. Os vereadores acrescentaram duas emendas mantendo as 178 permissões a pessoas físicas e que tivessem destinos semelhantes, mas percursos diferentes, como ocorre atualmente. Os permissionários são enquadrados na modalidade regular II de transporte opcional.

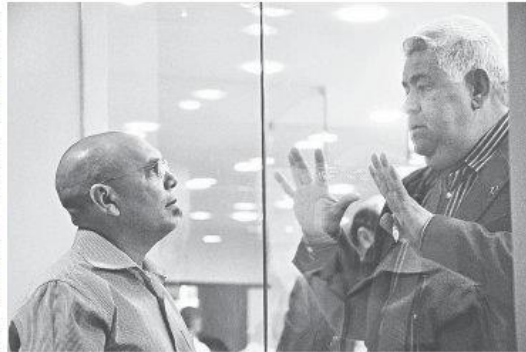
ACORDO JUDICIAL DE 90 DIAS É CRITICADO

Boa parte da sessão de ontem foi destinada pelos parlamentares para tecer críticas ao acordo entre o Município e o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP-RN), mediada pelo juiz Cícero Martins de Macedo Filho da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal, que determina o prazo de 90 dias para que seja realizada a licitação dos transportes, mesmo que os vereadores não conclamem a votação da lei autorizativa.

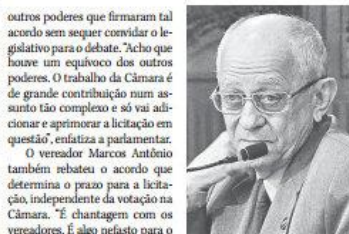
O prazo começou a contar desde ontem e durante este período a Secretaria de Mobilidade terá que realizar mais uma audiência pública para debater a licitação. Contudo, a decisão não foi bem recebida pelos parlamentares que se sentiram excluídos de um processo em que eles estão dando andamento há uma semana.

Os parlamentares falaram em discursos inflamados reprovando tal acordo. O vereador Ubaldo Fernandes (PMDB) disse que a justiça, o Ministério Público e a prefeitura faltaram com o apreço pelo parlamento da cidade. "São 29 vereadores eleitos pelo povo que representam os anseios da população. Isso enfraquece o poder legislativo e distancia o relacionamento entre os poderes", destaca o vereador. Aroldo Alves, que preside a comissão de transportes destaca que os vereadores foram tratados com desrespeito. "Fomos pegos de surpresa e a justiça precisa entender que a Câmara é um poder autônomo que precisa participar e debater o assunto junto a sociedade", disse.

Para a vereadora Elielza Bezerra (PSDC) a discussão que está sendo travada na Câmara deveria ser considerada pelos



Aroldo Alves (d) diz que Câmara foi pega de surpresa e que Justiça precisa entender autonomia do Legislativo



Franklin Capistrano, Presidente da Câmara

outros poderes que firmaram tal acordo sem sequer convidar o legislativo para o debate. "Acho que houve um equívoco dos outros poderes. O trabalho da Câmara é de grande contribuição num assunto tão complexo e só vai adicionar e aprimorar a licitação em questão", enfatiza a parlamentar.

O vereador Marcos Antônio também rebateu o acordo que determina o prazo para a licitação, independente da votação na Câmara. "É chantagem com os vereadores. É algo nefasto para o sistema democrático ter um poder interferindo nas obrigações do outro. A Câmara precisa reagir e tomar uma medida judicial, quem sabe até indo às instâncias superiores", sugere. A sugestão poderá ser acatada pela Câmara.

"Estamos verificando a possibilidade de apelar. A Câmara

foi excluída em plena votação que está realizando. É no mínimo suspeito que justo quando estamos votando a lei, setores interessados na licitação se reúnam e excluam a Câmara. Dá o en-

“
ESTAMOS VERIFICANDO A POSSIBILIDADE DE APELAR (...) É NO MÍNIMO SUSPEITO QUE SETORES INTERESSADOS NA LICITAÇÃO EXCLUAM A CÂMARA”

Franklin Capistrano
Presidente da Câmara

tender de que seja uma maneira de aprovar o projeto como a prefeitura e outros interessados querem", disse o presidente do legislativo municipal, vereador Franklin Capistrano.

PROCURADOR GARANTE LICITAÇÃO APÓS VOTAÇÃO

O Procurador-geral do município, Carlos Castim, acompanhou a sessão de ontem e tentou esclarecer o acordo, minimizando o sentimento de revolta que dominava os vereadores. Ele disse que a iniciativa da reunião que definiu o acordo partiu do Ministério Público em virtude de uma ação transitada em juízo que obriga o município a realizar a licitação ainda em 2009, mas que não há a interrupção de licitar o transporte público sem a aprovação da lei pela Câmara.



Carlos Castim, defesa

"Não cogitamos a possibilidade de realizar o processo licitatório sem a lei que dê respaldo, garantia e segurança ao sistema e nunca tivemos a presunção de enviar o projeto para votação e recebê-lo sem nenhuma alteração", destaca o procurador. Ele diz que desde 1999 o município está obrigado a realizar a licitação, porém, naquele período ainda estavam em vigor os contratos para execução do serviço por parte das empresas e o Ministério Público aguardou o prazo de encerramento destes contratos, fato que já ocorreu, exigindo agora a imediata realização da licitação.

"Não é tentativa de excluir a Câmara. O Município está condenado a realizar essa licitação desde 99 sem a lei reguladora, mas nós queremos essa lei para garantir legalmente as exigências para melhoria do sistema", enfatizou. O procurador disse ainda que os 90 dias estipulados servirão para que a votação na Câmara seja concluída. Esta será a única situação que poderá impedir o Poder Executivo de lançar o edital da licitação até o próximo dia 29 de junho. Nes-

te caso, a SITU terá mais 30 dias para realizar as adaptações necessárias no edital da licitação, a partir do que for deliberado na CMN com relação ao projeto de lei. "Se porventura ocorrer da votação não ser concluída, utilizaremos todos os aparatos legais para conseguir uma liminar afim de que seja dado mais prazo para a conclusão. Se mesmo assim não conseguirmos, pelo menos o que tiver sido deliberado já estará mais avançado do que no início", revelou o procurador.

Ele avaliou que a votação até o momento não destoa do interesse do município. A retirada do artigo 39, que restringia e multava as manifestações de protestos que obtinham ruas foi acatada pelo município. O município também está flexível para a redução de prazos previstos no projeto inicial como o tempo máximo para as empresas se adaptarem ao sistema e o prazo de concessão. "Nós propomos 15 anos de concessão, mas até 10 para nós é aceitável, contudo, não sabemos se é um prazo atrativo para as empresas", disse Castim.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

Henrique é usado por Dilma como moeda de troca para pressionar PMDB na Câmara

IMPRESA NACIONAL REVELA NEGOCIAÇÃO DA PRESIDENTE COM PEEMEBISTAS PARA APROVAÇÃO DE AJUSTE FISCAL

O presidente do Diretório do PMDB no Rio Grande do Norte, ex-deputado federal Henrique Eduardo Alves, se transformou em moeda de troca no embate entre o governo federal e o PMDB. Amigo do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), Henrique foi indicado pelo seu sucessor na Presidência da Câmara para assumir o Ministério do Turismo. Entretanto, o governo estaria condicionando a nomeação de Henrique ao apoio do PMDB aos ajustes fiscais que o governo quer implantar.

"Para confirmar a nomeação de Henrique, Dilma impôs a condição de obter apoio dos deputados federais do PMDB ao pacote fiscal do governo"

te da empresa jornalística. Diz o colonista que, "para confirmar a nomeação de Henrique ao cargo de ministro do Turismo, Dilma Rousseff impôs a condição de obter apoio dos deputados federais do PMDB ao pacote fiscal do governo e à política de reajuste de aposentadorias".

A nomeação de Henrique para o Ministério estava acertada desde a última sexta-feira e seria anunciada hoje pelo governo, mas foi posta em "banho-maria" para prêmio por bom comportamento futuro do PMDB futuro. Assim, o potiguar, de presidente da Câmara, passa a "peso morto" para a própria legenda, já que terá de servir de moeda de troca e como cala-boca à legenda. Sua nomeação, portanto, terá um preço altíssimo para o PMDB.



Desde a semana passada, a dificuldade política para a nomeação de Henrique Alves é destacada pela imprensa nacional

Agora, segundo Claudio Humberto, a nomeação de Henrique poderá ficar para depois da Semana Santa. Para completar o quadro ad-

verso, o presidente da Câmara Eduardo Cunha trabalha com cenário oposto. Ainda segundo o jornalista, o sucessor de Henrique na

O quadro é ainda de maior dificuldade para o potiguar quando se leva em consideração que o presidente do Senado, Renan Calheiros, só aceita perder o Turismo, pasta para a qual indicou o atual ministro, Vinicius Lages, se receber, em troca, outro ministério, no caso, o das Cidades, hoje controlado por Gilberto Kassab. Dilma, entretanto, ofereceu a presidência da Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura.

Henrique Alves disputou o governo do Estado o ano passado, sendo derrotado por Robinson Faria. Desde então, ficou à espera de um "prêmio de consolação" do governo federal, o que viria através da indicação para o um ministério federal. No entanto, a citação ao seu nome na Operação Lava Jato terminou sustentando sua nomeação. A publicação da lista com a exclusão do seu nome reacendeu o debate sobre sua indicação. No entanto, já se foi um mês após a divulgação da lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sem o nome de Henrique, e nada da nomeação do potiguar.



Leonardo Picciani, líder do PMDB: "O que não dá para ficar é um cadáver insepulto"

Líder do PMDB compara situação de Henrique a "cadáver insepulto"

O líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani (RJ), cobrou uma decisão "rápida". Para o deputado, a situação de Henrique Alves compara-se a de um "cadáver insepulto" enquanto não houver uma palavra final do governo sobre sua nomeação. "Precisa ter uma decisão rápida. Era uma coisa

anunciada, que o pedido de investigação sendo arquivado pelo Ministério Público, ele seria nomeado. É preciso que isso ou ocorra ou que se sepele esse assunto. O que não dá para ficar é um cadáver insepulto", disse.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), adotou a mesma linha de cobrança "Essa crise política tem que acabar, não pode ser alimentada, senão interfere na credibilidade, que está destruindo a economia. Ninguém acredita em nada. Cabe ao governo resolver esse impasse. Vamos entrar em abril e estamos há três meses sem líder do gover-

no no Senado. As pendências com o Judiciário, com as agências reguladoras, tudo tem que ser resolvido. O caminho é encontrar uma solução para esses problemas, assim acho que acalma um pouco. O que não dá é para ficar quatro anos brigando", disse.

Disputas internas do PMDB dificultam nomeação do potiguar

As disputas internas travadas hoje dentro do PMDB estão dificultando a nomeação de Henrique para o Ministério do Turismo. O presidente do Senado Renan Calheiros tem mandado recados de que gostaria de uma compensação pela eventual destituição de Vinicius Lages, seu aliado político, do comando do Ministério do Turismo. Renan já perdeu a presidência da Transpetro com a saída de Sérgio Machado.

Próximo de Henrique Alves, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, também tem dado sinais trocados. Em público afirma que cabe ao vice-presidente da República, Michel Temer, negociar os cargos do PMDB. Já em conversas reservadas, Cunha acusa o Palácio do Planalto de "não ter palavra", segundo pessoas próximas. Isso porque, no final do ano passado, Dilma teria feito acordo para nomear Hen-

rique Alves, caso ele ficasse de fora das investigações do esquema de corrupção na Petrobras.

Eleito presidente da Câmara com um discurso de independência em relação ao governo, Cunha teria dificuldade de assumir a paternidade da indicação de Henrique Alves porque não quer se tornar devedor da presidente Dilma. E, na avaliação de deputados do PMDB, ele ficaria desmoralizado na Casa se diminuisse a pressão em cima do Planalto depois da eventual nomeação de Henrique Alves.

"O Henrique virou um peso morto, a não ser que o Eduardo Cunha coloque a cara", disse um integrante da cúpula do PMDB ao jornal o Globo desta sexta-feira. A expectativa da cúpula do PMDB, de acordo com o jornal, era que Dilma batesse o martelo quanto ao destino de Henrique

Alves no final da tarde de segunda-feira, em reunião de coordenação política do governo. O encontro, no entanto, foi adiado para esta terça. Pessoas próximas a Henrique Alves disseram que, dando como certa sua nomeação, o ex-deputado estava procurando um imóvel para morar em Brasília.

Apesar de os peemedebistas terem adotado o discurso de redução de ministérios e de que não querem cargos no governo, dizem que Dilma está "filando" Henrique Alves e que o Palácio do Planalto está agindo nos bastidores para dividir as bancadas do partido na Câmara e no Senado. Depois de ter preenchido vagas na Esplanada com um petista e um aliado do PT, peemedebistas reforçaram as cobranças para que a presidente resolvesse as "pendências" com o PMDB.



Renan Calheiros estaria dificultando nomeação de Henrique por ter um aliado no Ministério do Turismo e não quer ceder

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

CMN implanta ponto eletrônico de frequência no dia 1º de abril

PRESIDÊNCIA TAMBÉM ESTABELECE PONTO FACULTATIVO JÁ NA QUINTA-FEIRA, DIA 2

Ciro Marques
REPORTER DE POLÍTICA

Parece até uma piada pronta. Depois de meses prometendo um controle efetivo da frequência de servidores - após denúncias de cargos fantasmas - a Câmara Municipal de Natal decretou que nesta quarta-feira, 1º de Abril, conhecido como Dia da Mentira, será implantado o ponto eletrônico na Casa. Outra piada em potencial: também por decisão da Mesa Diretora, foi decretado ponto facultativo já no dia 2 de abril.

"Considerando os termos do Ato da Mesa Diretora nº 09/2015 que 'Dispõe sobre a implantação do sistema de registro de frequência eletrônico biométrico, estabelecendo critérios básicos ao seu uso no âmbito da Câmara Municipal de Natal e dá outras providências'. I - Definir que a partir do próximo dia 01 de abril de 2015, o registro de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Natal será realizado por intermédio do sistema de registro eletrônico de frequência por biometria", aponta o ato número 014/2015 da Mesa Diretora, publicada na edição de hoje do Diário Oficial do Município.

Embora outro ato publicado também na edição de hoje do DOM decretar "ponto facultativo nesta Câmara Municipal de Natal no próximo dia 02 de abril", baseado na Quinta-feira Santa, a instauração, finalmente, do ponto eletrônico já representa um avanço considerável. Afinal, nestes sete meses de



Franklin Capistrano assinou o decreto de controle por ponto eletrônico após denúncias de que haveria servidores-fantomas

espera, foram várias as vezes que alguns vereadores cobraram tais medidas. Um grupo de parlamentares, inclusive, chegou até a denunciar o caso ao Ministério Público do RN, forçando o então presidente a se explicar ao procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis.

A denúncia foi assinada pelos vereadores Amanda Gurgel (PSTU), Eleika Bezerra (PSDC) e Marcos Antônio (PSOL). Eles identificaram que há um número elevado de nomeações de Assessores Parlamentares Municipais (APMs).

Seriam, pelo menos, três cargos fantasmas na Comissão de Educação, Cultura e Desporto e mais seis na Comissão de Finanças, Fiscalização e Orçamento. Na primeira, estão listados seis funcionários, sendo que apenas três estão presentes e trabalham. Na segunda, são oito cargos, mas somente dois dão expediente.

A acusação foi feita pela vereadora Eleika Bezerra, que presidia a Comissão da Educação, e pelo vereador Marcos, que é vice-presidente da Comissão de Finanças. A

vereadora Amanda Gurgel, que faz parte da Comissão de Educação, também se somou aos vereadores na denúncia dos cargos fantasmas e cobrou explicações do Presidente da Câmara, Albert Dickson (PROS), e do vice-presidente, Júlio Protásio (PSB).

Comparando a lista de 78 cargos apresentada pela Presidência da Casa com as nomeações de assessores no Diário Oficial, os vereadores constaram um déficit de mais 54 funcionários, cuja lotação até o momento é desconhecida.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

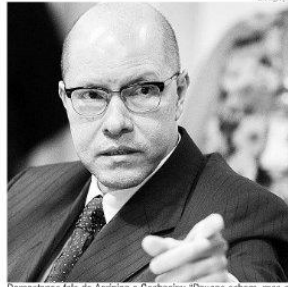
EDITORIA: POLÍTICA

Demóstenes Torres acusa José Agripino de receber dinheiro de Carlos Cachoeira

EM ARTIGO, EX-SENADOR DENUNCIA ENVOLVIMENTO DO PRESIDENTE DO DEM NO CHAMADO "ESQUEMA GOIANO"

O senador José Agripino Maia (DEM) volta ao noticiário político de maneira negativa. Depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) abrir inquérito para investigar crime de corrupção passiva contra o senador potiguar, por suposta participação no esquema de da Operação Sinal Fechado, em que é acusado de receber R\$ 1 milhão em propina, Agripino agora é apontado pelo ex-senador Demóstenes Torres (ex-DEM) de ter se beneficiado financeiramente do esquema do bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Após escrever um artigo em que o alvo é o senador Ronaldo Caiado, líder do DEM no Senado, Demóstenes acusa Agripino e outros integrantes de sua chapa em 2010 no Rio Grande do Norte de terem se beneficiado de um "esquema goiano", com intermediação de Caiado. "Caiado não ousou me defender, me traiu, mas, em relação a Agripino Maia, figura pontuíssimo republicana, disse que ele merece o benefício da dúvida. Poucos sabem, mas o político potiguar e seus companheiros de chapa em 2010 foram beneficiados pelo 'esquema goiano', com intermediação de Ronaldo Cai-



Demóstenes fala de Agripino e Cachoeira: "Poucos sabem, mas o político potiguar e seus companheiros de chapa em 2010 foram beneficiados pelo 'esquema goiano', com intermediação de Ronaldo Caiado"



do", afirmou Demóstenes.

O "esquema goiano", segundo o ex-democrata, tem relação com o jogo do bicho, no qual o bicheiro Carlinhos Cachoeira prepondera. "Eurípedes Barsanulfo era prócer das máquinas caça-niqueis em Goiás. Ronaldo uma vez, inclusive, me pediu para interferir junto a Carlos Cachoeira para ampliar a ativi-

dade de Eurípedes no jogo ilícito.

Simplemente, disse a ele, como era verdade, que descorria a prática de ilícitos por parte de Cachoeira", conta Demóstenes no artigo.

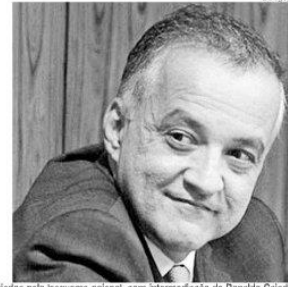
Ainda em seu artigo, o ex-senador volta a citar Agripino, destacando que o potiguar é "dependente financeiro" do governador Marconi Perillo (PSDB). "Ronaldo Caiado,

no afã de ser candidato a senador ao lado de Marconi Perillo, foi atrás de Acácio Neves e Agripino Maia (este dependente financeiro de Perillo) para que eles compusessem a chapa com coerência nacional, apesar de todo histórico de desavenças com o carcamano", contou Demóstenes.

Procurador de Justiça, Demóstenes Torres foi cassado em julho

de 2012 por quebra de decoro parlamentar. Ele foi acusado de usar o mandato para favorecer o bicheiro Carlos Cachoeira. Como resultado, ficou inelegível por oito anos. Ainda em seu artigo, ele acusa o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado, de ter sido financiado pelo contraventor Carlos Cachoeira nas campanhas que disputou à Câmara Federa-

l nos anos de 2002, 2006 e 2010. Segundo Demóstenes, as digitais da contravenção seriam facilmente identificadas com uma investigação nas contas de material gráfico, transporte aéreo e gastos com pessoal. As afirmações estão contidas em artigo publicado na edição desta terça-feira (31) do jornal Diário da Manhã, de Goiânia.



VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA



Vereadores de Natal discutem emendas ao projeto de licitação do transporte

>NA CÂMARA MUNICIPAL

Seturn aponta omissão da STTU por caos no sistema

Consultor do Sindicato das Empresas de Transportes de Natal (SETURN), o economista Nilson Quciroga disse hoje que o sistema de transporte público da capital não pode permanecer mais como está. Ele defendeu que se aproveite o momento em que se discute a licitação do setor para propor melhorias. "É um momento muito importante, não só para

o Seturn, para a cidade do Natal. O transporte não pode mais continuar da forma como está, com o poder público se omitindo, de gestão a gestão", apontou.

"O transporte está em decadência, a frota já vai completar quase sete anos. Não é por que as empresas não querem comprar. Na verdade há uma determinação da Secretaria Municipal para

não renovar a frota, dizendo que vai fazer a licitação", acrescentou. "Isso pode trazer implicações, já se vai fazer quase 4 anos que Natal não ganha um ônibus novo, a tarifa está defasada. Hoje é a mais barata do Nordeste e uma das menores do país. Não há isenção tributária, nem do ISS, nem do ICMS no óleo diesel, coisa que em mais de 20 capitais já se

faz e não encarece tanto a tarifa e aqui nós não temos nada. Nós não temos uma política de transporte. Então, a licitação pelo menos é uma esperança de que esses novos tratos venham trazer maior qualidade e modicidade tarifária para o usuário do transporte urbano de Natal", afirmou, durante entrevista ao Jornal da Cidade, da FM 94.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

> SEGUE NA PRISÃO

TJRN nega Habeas Corpus a ex-prefeito de Macau

A desembargadora do Tribunal de Justiça do RN, Zeneide Bezerra, negou no final da manhã de hoje o Habeas Corpus movido pelo ex-prefeito de Macau, Flávio Vereas, do PMDB. O ex-gestor está preso desde a segunda-feira, 23, acusado de comandar - e manter - um esquema de desvio de recursos públicos da Prefeitura, por meio do pagamento de cachês superfaturamento a bandas.

Indeferido o pedido pela desembargadora, o Habeas Corpus agora vai para a Procuradoria de Justiça, que analisará o pedido. Uma vez que a medida cautelar de prisão preventiva foi solicitada pelo próprio Ministério Público do RN, a Procuradoria também deverá negar o pedido da defesa do ex-prefeito.

Com o parecer pronto, o Habeas Corpus volta para o TJRN, onde será julgado pela Câmara Criminal, que tem como membros ti-



Zeneide Bezerra negou o Habeas Corpus pedido pela defesa do ex-prefeito Flávio Vereas, preso desde o dia 23, acusado de liderar esquema de desvio de recursos

tular os desembargadores Glauber Régio, Gilson Barbosa e a mesma Zeneide Bezerra. Se for novamente negada a matéria, a defesa de Flávio Vereas terá que recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ou buscar outro motivo para o Habeas

Corpus.

Flávio Vereas, que está preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) da Ribeira, já havia pedido a transferência para outra unidade prisional, alegando a falta de condições dessa para abrigá-lo - a uni-

dade foi depredada durante a rebelião de presos, deflagrada uma semana antes. Na manhã desta segunda-feira, além desse pedido de transferência, a defesa do ex-prefeito ingressou também com um Habeas Corpus, com a intenção de ga-

nhar a liberdade.

"A prisão preventiva é efetivamente necessária, tanto como garantia da ordem pública, quanto pela conveniência da instrução processual", afirmou a juíza Crislâmy Maria de Vasconcelos Batista, res-



saltando que "circunstâncias de caráter pessoal, como primariedade, residência e emprego fixos, por si só, não impedem a decretação da prisão preventiva, quando estão presentes os seus requisitos".

"Medidas cautelares diversas da prisão infelizmente parecem não ter força suficiente na hipótese, seja em face da possibilidade concreta de reiteração das condutas, seja pela grande influência do representado nos assuntos do Município, o que lhe proporcionaria até mesmo a manipulação de provas", explicou a magistrada em sua decisão.

"A reprovabilidade das condutas imputadas ao denunciado Flávio Vereas e a sua periculosidade social revelada na incesante reiteração de crimes ao longo dos anos, demonstra a necessidade de seu encarceramento, como já dito, sendo esta a única forma de dar um basta na situação", acrescentou em outro momento da decisão.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.04.15 EDITORIA: ECONOMIA

OAS COLOCA À VENDA A ARENA DAS DUNAS

/ PISCOU / MEDIDA FAZ PARTE DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APRESENTADO PELA OAS ONTEM EM SÃO PAULO; EM NOTA, EMPRESA DIZ QUE PRETENDE FICAR "MAIS ENXUTA, ÁGIL E COMPETITIVA", MAS SUAS DÍVIDAS CHEGAM A R\$ 8 BILHÕES

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

INVESTIGADA NA OPERAÇÃO Lava Jato, a empreiteira OAS confirmou que sua participação na Arena das Dunas será colocada à venda, sem sequer passar 10% do período de concessão fechado em contrato com o Governo do Estado.

A medida faz parte do pedido de recuperação judicial apresentado pela empresa ontem (31/3) ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e confirmado pela empresa através de nota publicada em seu site. "O objetivo é tornar a empresa mais enxuta, mais ágil, mais competitiva, focada em produtividade e custos", explica a nota.

Estima-se que as dívidas do grupo sejam superiores aos R\$ 8 bilhões. O pedido de recuperação judicial é encabeçado pela holding OAS S/A, mas foi feito através da Construtora OAS.

A requisição ainda conta com outras sete empresas do conglomerado: OAS Imóveis, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso (OAS Arenas), OAS Empreendimentos, OAS Infraestrutura, OAS Investments Ltd. (sediada na Austrália), OAS Investments GmbH e OAS Finance Ltd (ambas sediadas nas Ilhas Virgens Britâ-

nicas). Essas empresas estariam sofrendo com problema de liquidez, que é quando a empresa tem dificuldades para contar com dinheiro em caixa, mesmo tendo patrimônio.

A participação do grupo empresarial OAS na Arena das Dunas é gerida por um dos "braços" do conglomerado, a OAS Arenas. A empresa detém o contrato de concessão da Arena das Dunas até 2031, quando acaba o prazo inicial de 20 anos firmado entre a empresa com sede em São Paulo e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Além da Arena das Dunas também serão colocadas à venda a participação da OAS S.A. na Invepar (24,44% do negócio), no Estaleiro Enseada (17,5%), a OAS Empreendimentos (80%), a OAS Soluções Ambientais (100%), a OAS Óleo e Gás (61%), a OAS Defesa (100%) e a Arena Fonte Nova (50%).

Desde a inauguração da arena potiguar, em janeiro de 2014, que a empresa OAS recebe os repasses da administração estadual, que ao fim do contrato estavam previstos para totalizar um pouco mais de R\$ 1 bilhão. O acordo estipulava ainda que a administração da arena ficaria a cargo do



Desde a inauguração da Arena, a OAS recebe os repasses da administração estadual, montante estimado em R\$ 1 bil

poder público.

A construção da Arena das Dunas entre agosto de 2011 e janeiro do ano passado custou cerca de R\$ 423 milhões, dos quais R\$ 396,5 milhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O restante foi investido pela própria construtora.

A venda da participação da OAS na arena potiguar e próprio o pedido de recuperação judicial já eram aventados desde os primeiros rumores de dificuldade financeira do grupo a partir das investigações conduzidas na Operação Lava Jato, que apura um esquema de corrupção na Petrobras desde o ano passado. A OAS

seria integrante de um "clube" de empreiteiras que atuava no esquema denunciado.

Desde o início das investigações na Petrobras, as instituições financeiras têm sistematicamente restringido o acesso das empresas aos recursos necessários para a manutenção das obras. Com quase 40 anos de vida, a

OAS se vê impedida a tomar medidas que lhe permitam continuar a operar num processo saudável de renegociação das dívidas, preservando milhares de empregos diretos e indiretos", registrou Fábio Yammine, presidente da OAS Investimentos, através da nota.

Em fevereiro deste ano, uma reportagem de Bruno Araújo para o Portal No Ar destacou também que a OAS admitia a possibilidade de negociação da Arena das Dunas.

Naquele período, através de sua assessoria de imprensa, o conglomerado confirmou ao portal que tinha comunicado ao mercado que estudava a "venda de determinados ativos para reforçar sua liquidez".

Apesar de estar listada no processo de recuperação judicial da OAS S/A como um ativo a ser vendido, a Arena das Dunas não passará por um processo de recuperação judicial, assim como as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) da OAS Empreendimentos, a Arena Fonte Nova, a OAS Óleo e Gás, além das participações da OAS na concessionária Porto Novo, no Estaleiro Enseada, na OAS Logística, na OAS Energy e na OAS Defesa.

A Arena

- ▶ OAS e Governo do Estado firmaram uma parceria público-privada para a construção em março de 2011
- ▶ O palco potiguar para a Copa 2014 teve um custo de R\$ 423 milhões
- ▶ A arena possui 31.375 lugares, atualmente.
- ▶ Na Copa do Mundo, com a colocação de estruturas provisórias, foram disponibilizados aproximadamente 42 mil lugares
- ▶ Cerca de 4 mil trabalhadores contribuíram com a construção, que levou menos de três anos para ser concluída
- ▶ Inauguração oficial no dia 22 de janeiro de 2014, com pontapé da presidente Dilma Rousseff
- ▶ Primeiros jogos oficiais foram em uma rodada dupla no dia 26 de janeiro de 2014:
 - ▶ América 2 x 0 Confiança (Adalberto marcou o primeiro gol da arena)
 - ▶ ABC 2 x 0 Alacrin
- ▶ Jogos da Copa do Mundo 2014:
 - ▶ México 1 x 0 Camarões
 - ▶ 12 de junho
 - ▶ Gana 1 x 2 EUA
 - ▶ 16 de junho
 - ▶ Itália 0 x 0 Grécia
 - ▶ 19 de junho
 - ▶ Itália 0 x 1 Uruguai
 - ▶ 24 de junho

GOVERNO DESCARTA VENDA DA ARENA

Parte do processo de concessão da Arena das Dunas, o Governo do Estado nega a possibilidade de que o estádio mude de mãos. Sob a gestão da OAS Arenas desde o início de 2014, o estádio, segundo avaliação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), pertence ao poder público e não pode ser vendido. "A Arena das Dunas pertence ao Governo do Estado. Ela não pode ser vendida. Ainda preciso consultar esse pedido de recuperação judicial, quais os termos usados. Precisamos saber qual o formato que foi colocado pela OAS para essa venda", afirmou o procurador geral do Estado, Francisco Wilkie Rebouças, através de entrevista via telefone.

OAS SEM CRÉDITO

A nota divulgada pela empresa ontem confirma ainda os problemas financeiros do grupo comandado por César Mata Pires. "As dificuldades da OAS começaram em novembro, a partir das investigações sobre a Petrobras, o que resultou na interrupção das linhas de crédito", afirma o texto.

A empresa ainda destacou que concomitantemente ao corte no crédito os clientes suspenderam seus pagamentos e novas contratações e as agências de rating rebaixaram a nota da OAS. A medida levou à antecipação do

pagamento das dívidas. E assim, no final de 2014, a empresa suspendeu temporariamente o pagamento das dívidas que venceriam a partir de janeiro.

De acordo com Diego Barreto, diretor de desenvolvimento corporativo da construtora, o processo de venda dos produtos da carteira de negócios do conglomerado é um meio de dar segurança aos investidores e retomar o foco da OAS, que é a construção pesada. Além da sua área original, atualmente a empresa tem investimentos e negócios em áreas como transporte, saneamento, projetos imobiliários, energia e logística, divididos em 12 empresas no Brasil e atuação



Francisco Wilkie Rebouças, procurador

sendo feitos devidamente para a empresa. E ainda tem o Fundo Garantidor, feito pelo Estado para assegurar os pagamentos. Caso não pagasse é que os terrenos listados no fundo seriam entregues para a OAS e poderiam ser colocados à venda", pontuou Francisco Wilkie.

operacional ou não em mais de 20 outros países.

"Vamos vender os nossos ativos num processo de Recuperação Judicial para dar segurança aos investidores de que não correria risco de ter seu negócio contestado na Justiça pelos credores da OAS. O desinvestimento em ativos é motivado também pela decisão de priorizar o core business do Grupo, que é o nosso braço de construção pesada, a Construtora OAS", disse Barreto.

Ainda na nota, o diretor aponta que o pedido de recuperação foi feito através da Construtora OAS "por questões técnicas", já que ela é a garantidora dos financiamentos do grupo.

ARENA BAIANA TAMBÉM É POSTA À VENDA

Além do palco potiguar da Copa do Mundo de 2014, a empresa fundada em Salvador-BA em 1976 também inclui no pacote de venda de ativos a sua participação na Arena Fonte Nova (50%).

A OAS firma com a empreiteira Oderecht o Consórcio Fonte Nova, responsável pelo estádio localizado na capital baiana, que também recebeu jogos do Mundial de Futebol no ano passado. Esta semana o Bahia rompeu o contrato com o consórcio e vai deixar de jogar na arena.

O único estádio gerido pela OAS Arenas que não foi incluído na venda dos ativos foi a Arena do Grêmio, em Porto Alegre-RS. A equipe gaúcha de futebol negocia desde o ano passado a possibilidade de compra da gestão da arena.

A proposta do Grêmio é de R\$ 396 milhões, a serem pagos ao longo de 20 anos, e a entrega do terreno do Estádio Olímpico, localizado também na capital gaúcha. O acordo já se encontrava próximo de ser finalizado, quando a Operação Lava Jato foi iniciada pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

A OAS é a terceira empreiteira envolvida na operação que recorre a um processo de recuperação judicial. A primeira delas foi a Alumini Engenharia, no início deste ano. Há pouco mais de oito dias quem fez o pedido foi a Galvão Engenharia.

Por conta da operação, o executivo José Aldemário Pinheiro, um dos acionistas da OAS, está preso no Paraná.

Entenda a recuperação judicial

A recuperação judicial é uma medida feita para evitar a falência de uma empresa e ela é pedida quando as finanças de uma companhia vão mal. A medida é prevista na Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFR), de 2005. Após formalizar a Justiça o pedido de recuperação, a empresa tem seis meses para buscar um acordo com credores, através de um plano que indicará como a empresa vai sair de turbulência financeira. Os credores tem 180 dias para dar uma resposta se aceitam ou não o plano.

No processo apresentado ao juiz, a empresa deve deixar claras as condições de negociação entre credores e devedores e fazer uma projeção de como sairá do vermelho nas finanças. Enquanto isso, as operações dela seguem normalmente. A firma precisa apresentar um balanço mensal para prestar contas ao juiz e aos credores sobre o andamento do processo de recuperação.

O administrador judicial nomeado pela Justiça funciona como intermediador entre a empresa, os credores e a Justiça. Caso não seja cumprido o que está no acordo, o juiz decreta a falência da empresa. Se a empresa cumprir tudo o que está previsto, depois de todo pago, o juiz finaliza o processo de recuperação. Caso contrário, é decretada a falência dela.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 01.04.15

EDITORIA: ECONOMIA

LEVY QUER ADIAR NOVO INDEXADOR DA DÍVIDA

/ CRISE / IMPACTO DA TROCA DO INDEXADOR PARA A UNIÃO É DA ORDEM DE R\$ 3 BILHÕES, VALOR QUE NÃO PODE SER PAGO NO ATUAL MOMENTO DE AJUSTE FISCAL, ALEGA O GOVERNO

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, sugeriu ontem, na Comissão dos Assuntos Econômicos (Senado) não mexer agora nos indexadores das dívidas dos estados e municípios. Ele disse que o impacto da troca do indexador para a União é da ordem de R\$ 3 bilhões, valor que não pode ser pago no atual momento de ajuste fiscal e, assim transfere os custos que a União teria com a nova regra para fevereiro de 2016.

Até lá, falou, Levy, ficará claro se o governo federal cumpriu ou não as metas fiscais adotadas em 2015. "Será o momento em que vamos saber se o Brasil conseguiu evitar a dificuldade, se conseguimos recuperar rota de crescimento". Em fevereiro, as contas do Tesouro Nacional fecharam com déficit recorde para o mês de R\$ 7,4 bilhões, o que coloca a meta do governo em xeque.

Dois dos entes mais afetados com a medida, as prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro, estão costurando acordos com o governo federal, que se comprometeu a devolver no próximo ano os tributos pagos a mais pelas regras atuais de Estados e municípios que entraram na Justiça, caso do Rio. "Está muito bem encaminhada uma solução, que pode se replicar a outros entes, Estados, municípios que se dispõem a fazer depósito judicial", disse Levy.

Segundo o ministro, a economia de R\$ 3 bilhões neste ano é



► Ministro Levy pretende transferir os custos que a União teria com a nova regra para fevereiro de 2016

importante e representa mais da metade da economia que se esperava obter com a aprovação das novas regras da desoneração da folha de pagamentos - medida que foi devolvida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB - AL).

A economia prevista com a revisão da política de desoneração era de R\$ 5 bilhões, agora será abaixo de R\$ 3 bilhões por ano, disse. Levy trabalhou essa proposta de acordo para tentar convencer senadores a não votar

ontem o projeto que obriga o governo a adotar em 30 dias os novos indexadores.

Há uma semana, a Câmara aprovou projeto que obriga a União a assinar, em 30 dias, os aditivos contratuais já com o novo indexador das dívidas dos estados e municípios. Atualmente, a correção é baseada no Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais 6% a 9% de juros ao ano. Com a nova lei, o indexador passaria ser mais favorável para estados

e municípios: taxa Selic ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% de juros.

O ministro fez uma longa explanação aos senadores para justificar a necessidade de adiamento da medida. "Na parte da União, está o compromisso de fevereiro de 2016. Será quando saberemos que conseguimos cumprir a meta de superávit primário. Saberemos, assim, que estamos na rota de crescimento", disse.

GRAU DE INVESTIMENTO

Joaquim Levy disse também que o governo vai adotar medidas que levem o país a um novo ciclo de crescimento. Segundo ele, as medidas também terão o mérito de criar um clima econômico favorável, evitando que a nota de crédito do país seja rebaixada pelas agências de classificação de risco.

Sobre os esforços visando ao crescimento econômico do país, Levy disse: "Se queremos evitar uma crise, temos que dar importância para os investimentos. Se existe o risco de perder o grau de investimento, o custo será altíssimo para o governo e para as empresas que não terão mais capaci-

dade de tomar crédito [mais barato] e [que resultem em emprego] para o trabalhador".

Joaquim Levy observou que é importante para o Brasil manter o grau de investimento. Segundo ele, a manutenção do rating (classificação) de grau de investimento (nota dada pelas agências de classificação de risco) "traz um impacto [positivo para o país]". O ministro da Fazenda disse que, com o rating favorável das agências, o "investimento externo [certamente] vem".

Levy explicou que são inúmeras as empresas estrangeiras e fundos de investimento internacionais que deixam de investir em

países que perderam o grau de investimento. Além do risco de perda do grau de investimento, o ministro da Fazenda disse que é preciso ter cuidado com a situação das contas públicas. Segundo ele, "é preciso ter a dívida pública em trajetória sólida, [fator] que indica um cenário tranquilo para os investimentos".

O ministro acrescentou que o governo vai procurar dar importância à qualidade dos gastos públicos. "Vamos fazer pente fino em uma porção de coisas", disse. Para essa tarefa, Levy disse que contará com o apoio do Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento do Gasto Público (GTAG),

criado em janeiro último. A função do GTAG é propor medidas orçamentárias e financeiras para ordenar as despesas públicas, evitando gastos supérfluos.

Levy explicou que é preciso fazer os ajustes agora, e de forma rápida, com o objetivo de proporcionar uma plataforma de desenvolvimento ao país. "Como diz a presidenta Dilma, não temos de fazer o ajuste simplesmente por fazer um ajuste. Temos que fazer para o crescimento", disse. Ele citou Lula e Fernando Henrique Cardoso como exemplos de presidentes que tomaram medidas importantes para a economia durante seus governos.

TESOURO TEM PIOR FEVEREIRO DESDE 1997

Em meio ao duro embate político em torno da aprovação do ajuste fiscal, o Tesouro Nacional anunciou, nesta terça-feira, um déficit primário de R\$ 7,357 bilhões em fevereiro das contas do Governo Central. Este é o primeiro resultado negativo do Governo Central - que reúne as contas do Tesouro, Previdência Social e Banco Central - apresentado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Trata-se também do pior resultado para o mês desde 1997, quando começa a série histórica do dado.

O resultado de fevereiro foi pior do que a mediana estimada pelo mercado financeiro, positiva em R\$ 200 milhões, e também ficou abaixo do piso do intervalo das expectativas, que variaram de déficit de R\$ 5,9 bilhões a um superávit primário de R\$ 3 bilhões, conforme coleta da Agência Estado Projeções.

A abertura do dado mostra que o Tesouro Nacional teve um déficit de R\$ 1,504 bilhão; o INSS, um saldo negativo de R\$ 5,651 bilhões e o BC, um déficit de R\$ 140,5 milhões. O resultado

já conta com o impacto de parte dos efeitos de medidas anunciadas pela equipe econômica no início do ano. O déficit seria maior se não fosse uma receita extraordinária de R\$ 4,64 bilhões obtida pela Receita Federal por causa de uma operação de transferência de ativos.

O carnaval e as despesas herdadas da gestão anterior contribuíram para o déficit primário recorde do setor público em fevereiro, disse o ministro Levy. Ele ressaltou também que a desaceleração dos gastos federais está sendo feita de forma controlada, para trazer um pouco de "sensibilidade" ao ajuste fiscal.

"Fevereiro é um mês curto, de carnaval. Mais do que isso, estamos na situação em que vamos fazer o ajuste, mas tem de haver sensibilidade. A desaceleração [dos gastos públicos] está sendo feita de forma controlada", declarou Levy, ao responder a pergunta do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

De acordo com o ministro,

pagamentos herdados de 2014 contribuíram para que as despesas do Tesouro Nacional não caíssem este ano. Mesmo assim, segundo ele, a equipe econômica agiu com transparência ao executar os gastos em fevereiro. "Há coisas que vieram do ano passado. Fizemos pagamentos que poderíamos ter jogado para março, mas preferimos não postergar nem criar um efeito estatístico", acrescentou.

Levy declarou ainda que um eventual adiamento das despesas programadas para fevereiro agravaria a situação da economia porque comprometeria fornecedores do governo federal. "Na ponta, há fornecedores que precisam desse dinheiro para manter a economia funcionando".

Em relação a execução dos restos a pagar de 2014, verba empenhada (autorizada) no ano passado transferida para o exercício seguinte, Levy disse que o próprio decreto que limitou esses gastos estabeleceu os critérios para os cortes. "É preciso

sublinhar a transparência desse decreto. Há restos a pagar e houve uma decisão de ordenar e de ter diálogo. Dizemos, à luz do dia, quando e como os participantes devem se manifestar".

DECRETO

Segundo Levy, o decreto tem como objetivo definir prioridades para a execução dos restos a pagar, de acordo com a situação de cada obra. "Primeiro, vamos ver se a obra começou. Se não, verificamos se tem previsão de começar até junho", explicou. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) questionou o decreto que limita a execução das despesas discricionárias (não obrigatórias) aos valores registrados em 2013. Para o parlamentar, a limitação exigiria cortes de mais de R\$ 30 bilhões nos gastos federais.

Levy disse que o ajuste é difícil, mas possível. Em relação ao contingenciamento [bloqueio de verbas], não será fácil voltar aos níveis de 2013, mas é necessário, disse ele.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 01.04.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ QUEDA /

VENDAS PIORAM NOS SUPERMERCADOS

AS VENDAS EM supermercados caíram 7,64% em fevereiro em comparação com janeiro. No entanto, em relação a fevereiro de 2014, houve crescimento de 0,35% no movimento, segundo balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). No acumulado dos dois primeiros meses de 2015, as vendas aumentaram 1,93%. Os percentuais levam em consideração a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O presidente do conselho consultivo da Abras, Sussumu Honda, avaliou que o resultado do ano ainda é positivo devido ao bom desempenho do setor em janeiro. Porém, o desaquecimento da economia e a alta da inflação estão diminuindo a capacidade de compra da po-

pulação. "Nós temos indicadores macroeconômicos que não estão bons, com o nível de confiança do consumidor também caindo. Nós estamos com inflação alta e isso acaba afetando muito o poder aquisitivo", ressaltou durante a apresentação dos dados.

O resultado de fevereiro, entretanto, foi afetado, segundo Honda, pelo menor número de dias no mês e pelo feriado do Carnaval. "As nossas vendas são dia a dia. Então, quanto mais dias melhor", explicou.

Para Honda, o cenário econômico e o ajuste fiscal proposto pelo governo federal dificultam as previsões para o ano. Por isso, ele preferiu não dizer se será possível atingir a estimativa feita no início do ano de crescimento de 2% em 2015, analisou.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.04.15

EDITORIA: ECONOMIA

Gov. está pronto para o ajuste

« CONJUNTURA » Ao participar de audiência na comissão de Assuntos Econômico do Senado, ministro da Fazenda defende medidas, mas evita assumir compromisso sobre carga tributária

MURILO RODRIGUES ALVES
E ADRIANA FERNANDES
Agência Estado

Brasília - Diante do risco de não cumprimento das metas fiscais, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou ontem que o governo está pronto para adotar novas medidas para garantir a entrega do superávit primário das contas públicas prometido para 2015. Pressionado pelos senadores a se comprometer a não criar novos impostos, Levy foi sincero: "Seria inadequado dizer: jamais trarei imposto novo". Durante sete horas e vinte minutos em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, ele defendeu o ajuste fiscal como necessário para evitar o rebaixamento da nota de crédito do País pelas agências de classificação de risco e essencial para "pavimentar" a retomada de crescimento da economia.

Na sua apresentação inicial, Levy vangloriou-se do fato de o governo não ter criado nenhum imposto com o objetivo de cumprir a meta de superávit primário - economia para o pagamento dos juros - estipulada em 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). "Estamos diminuindo intensidade de algumas ações de renúncia dentro do quadro anticíclico", afirmou. Como exemplos, citou a recomposição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a redução da desoneração da folha de pagamento.

O senador Lasier Martins (PDT-RS) pediu que ele se compromettesse, então, a não aumentar os tributos na sua gestão, mas Levy se recusou. "O go-



EDISON RODRIGUES/AG. SENADO

No Senado, Joaquim Levy defende pacote fiscal e alerta que Brasil ainda corre risco de ter 'rating' rebaixado este ano

Antes de inventar um novo imposto, o governo tem de acertar os que estão aí

LASIER MARTINS
Senador (PDT-RS)

verno tem de estar pronto para tomar as ações que sejam necessárias, com parcimônia. Mas antes de inventar um novo imposto, o governo tem de acertar os que estão aí", afirmou, completando que na tributação sobre

instrumentos financeiros havia "proliferação de vantagens que criaram desequilíbrios".

No mercado financeiro, já é dado como certo que o ministro vai precisar de novas medidas depois do saldo negativo nas contas públicas em fevereiro. "Vamos ter de trabalhar para voltar a ter superávits primários robustos nos próximos meses e alcançar a meta", reconheceu Levy. Segundo ele, o rombo de fevereiro foi provocado por despesas que "vieram do passado". Explicou que o governo não quis postergar esses pagamentos aos fornecedores embora a arrecadação tenha sido prejudicada pela menor quantidade de dias úteis com o feriado do carnaval.

A equipe econômica fixou uma meta de superávit primário

para o setor público (governo, Estados, municípios e empresas estatais) de 1,2% do PIB para 2015 e de pelo menos 2% do PIB para 2016 e 2017. Neste ano, o esforço equivale a uma economia de R\$ 66,3 bilhões para o setor público.

Levy alertou que ainda existe risco de rebaixamento do rating do Brasil se o governo não cumprir o ajuste fiscal por causa da dívida pública "relativamente alta". Segundo ele, o objetivo é diminuir as despesas públicas para os mesmo níveis registrados em 2013. Na defesa da contenção dos gastos públicos, o ministro citou a presidente Dilma Rousseff. "Não se faz isso a toa. Se faz isso para criar as condições de crescimento", ressaltou.

A maioria dos senadores co-

brou do ministro uma agenda de crescimento a longo prazo. "O ajuste será menos 'desajustado' se tiver, no horizonte, vetores de crescimento", afirmou José Serra (PSDB-SP). Como estratégia, Levy apresentou três eixos para o crescimento, que passam pelas concessões, agenda tributária e de competitividade e o reequilíbrio econômico de longo prazo.

Os parlamentares exigiram mais cortes nas despesas do próprio governo, como a redução no número de ministérios e de cargos comissionados. Levy afirmou, por outro lado, que o "corte na carne" foi feito quando o governo antecipou em 30% a redução nos gastos antes mesmo da aprovação do Orçamento, como sinalização da disciplina que estava disposto a fazer.

Setor supermercadista cresce em meio à crise econômica

« **COMÉRCIO** » Supermercados faturaram R\$ 294,9 bilhões no ano passado, crescimento real de 1,8%, segundo relatório da Abras

São Paulo (AE) - O varejo supermercadista brasileiro registrou alta real de 1,8% no faturamento em 2014, alcançando receita de R\$ 294,9 bilhões no ano, de acordo com informações da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). A entidade divulgou ontem, o Ranking 2015 das maiores redes supermercadistas. O grupo das cinco maiores redes se mantém inalterado, liderado pelo Grupo Pão de Açúcar (GPA) na contagem que inclui as operações de varejo de eletroeletrônicos.

Se for considerado apenas o faturamento informado para o braço de varejo alimentar do GPA, a companhia volta a ocupar o segundo lugar, atrás do Carrefour. Walmart, Cencosud e Zaffari completam o grupo.

Juntos, eles tiveram faturamento de R\$ 153,9 bilhões no ano.

A pesquisa mostra que o grupo das 20 maiores empresas cresceu de forma mais acelerada que a média. Juntas, elas tiveram alta de 10% no faturamento, chegando a R\$ 189,4 bilhões.

A Abras acredita que 2015 será um ano de menor ritmo de expansão das redes varejistas. O presidente do conselho consultivo da entidade, Susumu Honda, considera que 2014 foi um ano forte em investimentos em lojas novas e que em 2015 as companhias devem se concentrar em buscar ganhos de produtividade. Em 2014, as vinte maiores cadeias supermercadistas do Brasil saíram de 3,6 mil lojas em funcionamento para 5,53 mil. Embora os líderes Carrefour e

Grupo Pão de Açúcar ainda falem em manter investimentos em expansão este ano, a Abras acredita que o setor como um todo tende a desacelerar.

Honda considera ainda que a nova realidade também pode ter impacto no cenário de empregos do setor. "O ciclo de criação de empregos na área formal não se esgotou, mas o que estamos vendo na indústria vai acabar se refletindo também no setor de serviços", diz. "Se não tem um processo de expansão tão forte, o investimento vai começar a partir para esse aspecto em vez de estar voltado para admissão de novos funcionários", comenta Honda. Até o momento, a Abras ainda mantém a projeção de crescimento de 2% real nas vendas do setor em 2015.



Supermercadistas preveem crescimento real de 2% em 2015

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 01.04.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Desequilíbrio continua

As contas do governo ficaram negativas em R\$ 7,358 bilhões, em fevereiro, no pior saldo desde 1997. Esse quadro de desequilíbrio coloca em risco o programa de ajuste fiscal comandado pelo ministro Joaquim Levy. O governo central (composto por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência social) não consegue economizar para pagar os juros da dívida. Como o resultado de janeiro tinha sido positivo em R\$ 10,5 bilhões, no entanto, no acumulado do ano até fevereiro, a economia feita para o pagamento de juros tinha superavit de R\$ 3,093 bilhões. O resultado foi negativo porque o governo arrecadou R\$ 70,382 bilhões, em fevereiro, o que representa uma queda de 31,6% em relação a janeiro.

BURACO O rombo nas contas da Previdência Social foi de R\$ 5 bilhões em fevereiro, influenciando decisivamente no desequilíbrio das contas. Além disso, o Tesouro também gastou mais do que arrecadou, e o saldo foi negativo em R\$ 1,505 bilhão.

Varejo

O termômetro de vendas de material da construção da Abramat, associação nacional do segmento, revela que as vendas em março ligeiramente melhores. A pesquisa adianta que 38% das empresas esperam faturamento regular em março, e 59% em abril. Além disso, 35% das empresas esperam boas vendas, enquanto que 26% indicaram vendas ruins durante o mês atual.

Páscoa

O consumidor planeja gastar menos nesta Páscoa, revela uma pesquisa da Boa Vista SCPC. Cerca de 68% dos entrevistados querem reduzir gastos na comemoração da data e, para 59%, a Páscoa gera despesas extras no supermercado. Também pudera, com os preços elevados a solução é reduzir os gastos; O levantamento sobre hábitos de consumo na Páscoa mostrou que apenas 3% planejam gastar mais.

EFETOS Com o fim da desoneração, a carga tributária para indústria pode aumentar até R\$ 12,2 bilhões ao ano. A análise é do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp. É retirar a competitividade do setor produtivo para financiar a pesada máquina burocrática. Por outro lado, uma grande parte das empresas entrará em dificuldade para honrar compromissos e o desemprego vai estourar. O ministro Levy insiste nos cortes, incluindo agora, os investimentos públicos.

Trimestre de atraso

Os três primeiros meses de 2015 ficaram para trás deixando um saldo negativo na economia e na política. É um início de ano tumultuado para o Brasil que parecia ser um País a caminho de um espaço entre as maiores potências mundiais. O retrocesso é nítido e a recupe-

ração parece ter ficado mais distante. As dificuldades do governo Dilma Rousseff surgem por todos os lados, dentro e fora dos partidos políticos, na iniciativa privada e até com as camadas mais pobres da população. Para piorar, em março a confiança da indústria recuou 9%.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.04.15

EDITORIA: ECONOMIA

« MEDICAMENTOS »

Preços de remédios têm reajuste médio de 6%

Brasília (AE) - Remédios com preços controlados pelo governo deverão sofrer um reajuste máximo de 7,7%. Esse é o maior percentual autorizado desde a criação da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED), em 2003. O aumento não é linear. A CMED determina três faixas de reajuste, de acordo com a concorrência enfrentada pelo produto no mercado. Para as demais classes, os aumentos permitidos serão de 6,35% e de 5%. Na média, o reajuste concedido para o setor será de 6% - o maior aumento médio desde 2005.

As regras valem para 9.120 remédios, comercializados sob a forma de cerca de 20 mil apresentações. Produtos de alta concorrência no mercado, fitoterápicos e homeopáticos não estão sujeitos aos valores pela CMED. Para esse grupo, o preço pode variar de acordo com a determinação do fabricante.

Entre os produtos com maior concorrência - e, portanto, com maior percentual de reajuste permitido - estão o omeprazol (usado para gastrites) e risperidona, um antipsicótico. Eles representam 24,4% de todo o mercado. Na faixa intermediária, de medicamentos moderadamente concentrados, estão antibióticos como amoxicilina e imipenem. Medicamentos com menor concorrência terão reajuste de 5%. Entre eles, estão ritalina, indicado para déficit de atenção, e stelara, para tratamento de psoríase. Esses remédios representam cerca de 50% do mercado.

Embora o aumento seja uma dos maiores da história, ele está abaixo da inflação no período, que foi de 7,7%. Em nota, a Interfarma, associação que reúne 55 empresas farmacêuticas, afirma que o aumento abaixo da inflação pode garantir o acesso da população a medicamentos, mas argumenta que a situação do setor pode se agravar, principalmente se houver aumento na carga tributária sobre medicamentos.

O aumento permitido pela CMED não é imediato. As empresas deverão, a partir dos valores de aumento publicados ontem no Diário Oficial, informar à câmara qual o índice que elas pretendem aplicar sobre seus produtos. Os percentuais apresentados pela CMED são o teto do reajuste. Nada impede que empresas apliquem percentuais menores.

O Ministério da Saúde, em nota, afirmou que os aumentos poderiam ter sido maiores, caso a metodologia para o cálculo do ajuste não tivesse sido alterada. Em fevereiro, a CMED divulgou novas regras para a classificação de medicamentos. Com a mudança, houve aumento dos produtos encaixados na categoria de menor índice de ajuste.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

> RETRAÇÃO NACIONAL

Mercado local aponta queda na venda de ovos de páscoa

Faltando cinco dias para a Páscoa, comerciantes relatam que a procura por ovos de chocolate e produtos relacionados está em baixa. Lojistas e clientes de Natal ouvidos pelo JORNAL DE HOJE acreditam que os consumidores não querem gastar devido à crise econômica no país, que fez aumentar o preço de quase todos os alimentos e serviços no mercado e, conseqüentemente, diminuir o poder de compra das pessoas.

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgada na semana passada, registra um recuo de 0,5% nas vendas da Páscoa deste ano, em relação à igual período de 2014, e reafirma que a queda da atividade econômica no Brasil é a principal responsável pelo resultado negativo.

"As expectativas realmente não estão muito boas para este ano. Estamos notando que a movimentação está baixa, mas esperamos que isso possa mudar nos próximos dias", afirmou Maria do Socorro, gerente de uma doceria. "Normalmente as vendas aquecem na véspera. Esperamos que amanhã (1), quinta-feira (2) e sábado (4) as lojas da rede estejam movimentadas", destacou a gerente.

A previsão da Confederação Nacional do Comércio é de que o País movimentará R\$ 2,6 bilhões em negócios, o que representaria a primeira queda em 11 anos no volume vendido para a data. No ano passado, as vendas durante a Páscoa cresceram 3,0% em relação às de 2013, já descontada a inflação. O comércio não registrava queda no volume vendido desde 2004, quando o faturamento real apontado foi 4,8% menor que o do ano anterior.

A ausência das pessoas nos estabelecimentos à procura dos ovos de chocolate é justificada pelos preços, que chegam a variar em até 70% em alguns locais. Uma caixa de bombons, por exemplo, pode custar de R\$ 6,49 a R\$ 10, dependendo do supermercado ou mercadinho consultado. Um ovo de 45 gramas



Anette optou por cestinhas personalizadas em substituição aos tradicionais ovos

podem custar entre R\$ 4,99 e R\$ 8,09, uma variação de 62,45%. Outro, um pouco maior, de 150 gramas, pode ser encontrado de R\$ 19,70 a R\$ 31,85. Há também quem encontre um ovo de páscoa de 480g por quase R\$ 70 reais.

Por causa da inflação e da expectativa de vendas fracas neste ano, a proprietária de um supermercado na capital potiguar, que preferiu não se identificar à reportagem, decidiu comprar uma pequena quantidade de ovos de páscoa, sem ampliar estoques.

"Não vejo as pessoas paradas na sessão de chocolate, como é de costume presenciar nesta época do ano. Para evitar prejuízo, comprei pouca quantidade de ovos. Se eu eu notar que haverá saída do produto, comprarei mais de última hora para repor o estoque. Acho que essa é a melhor forma de agir", disse.

CRIATIVIDADE

Para fugir do apelo comercial

da Páscoa, que faz a cabeça das crianças no desejo de ganhar um ovo de chocolate, muitas pessoas estão adotando alternativas que possibilitam mais variedade e baixo custo. Anette Rocha, 53, conta que tem três filhos e seis netos para agradar neste período e teve que apostar na criatividade para gastar pouco dinheiro.

"Os preços estão exorbitantes. Sempre comprei ovos de páscoa, mas neste ano não deu para arriscar. Comprei umas cestinhas e estou montando um presente personalizado", conta. Anette disse que há um mês comprou cestas, papéis transparentes, canetas e chocolates diversos para preencher cada presente.

"Cada cestinha vai sair por cerca de R\$ 14,00. Olha só a economia que vou fazer neste ano. É difícil fugir do apelo comercial que são os ovos de páscoa, mas não é impossível. E eu acredito que isso não tornará o clima de páscoa diferente", afirmou.